

DISSERAM-ME QUE JÁ TINHA MARIDO

Episódios que tiram a rapariga da escola

n JOCAS ACHAR

CASOU-SE aos catorze anos e tornou-se mãe há dois. O esposo, negociante, deixou-a com a sogra e partiu para outra relação.



Muitas raparigas são forçadas a abandonar as aulas para casamentos prematuros

Sonhava em ser professora para ensinar as crianças a ler e escrever. O sonho que era de vidro ruíu porque se casou e engravidou prematuramente. Agora vê-se obrigada a trabalhar na machamba ou a vender coisas para se alimentar a si, à filha e à sogra.

O futuro parece incerto devido às adversidades sociais, mas

continua a alimentar forte convicção de que voltará aos bancos da escola para ver materializado o seu sonho de infância. Esta é a história da pequena Suraia Afonso, dezasseis anos de idade, residente da vila-sede distrital de Molumbo, no extremo noroeste da província da Zambézia.

Este exemplo de interrupção de sonho é idêntico ao de muitas

outras raparigas no país que se vêem obrigadas a casar-se muito cedo, adiando ou perdendo a materialização de um futuro mais ou menos risonho para si e para as pessoas próximas.

As autoridades comunitárias locais e da educação conhecem o caso, por isso, quando pedimos um exemplo sobre a face mais dura de casamentos prematuros

neste distrito, logo nos indicaram o caminho para encontrar esta menina. Bonita e esbelta, Suraia Afonso tinha tudo para dar certo no seu sonho de se formar como professora e ajudar o país na educação das crianças, dirigentes do amanhã.

Todavia, acabou-se casando forçada. Suraia conta que os seus pais, a sogra e o tio do esposo

passaram a frequentar a sua casa, e nunca se apercebeu do teor da conversa. Mais tarde, avisaram-na de que já havia um homem que se ia casar com ela porque os pais não tinham condições para continuar a cuidar dela.

Ela diz ter ficado preocupada pelo facto de ter sido obrigada a contrair matrimónio prematuramente com um homem mais velho

sem que tivesse sido consultada.

O artigo 30 da Lei da Família, no seu número dois, refere que basta que haja consentimento dos pais ou pessoas adultas das duas partes (menores) para a realização do casamento. Foi assim com Suraia e deve estar a acontecer com muitas outras raparigas de tenra idade pelo país inteiro. Porém, isso resulta da má interpretação deste dispositivo legal, pois o consentimento dos pais é apenas convocado em caso de matrimónio que envolve menores de 18 anos. O que não é o caso da Suraia, pois o marido é uma pessoa adulta, que se casou com uma criança.

A Lei n.º 10/2004, no seu Título II, estabelece em 18 anos para ambos os sexos a idade mínima para contrair casamento (art. 30), garantindo assim a aplicação do princípio constitucional de igualdade dos cidadãos perante a lei.

Entretanto, para o caso específico de Suraia não foi garantida a igualdade no casamento, pois a esposa é maior de idade, aliás tem o dobro da idade da menina.



Suraia teve de se tornar mãe de uma outra criança com 16 anos

Uma funcionária dos Registos e Notariado disse à nossa reportagem que quando chegou a Molumbo, em 2013, pediu aos pais da Suraia para viver com ela. Nessa altura, o compromisso entre a referida funcionária e os pais desta era garantir a saúde, educação e vestuário à menina. A nossa fonte explica que nessa altura Suraia frequentava a oitava

classe. Sem conhecimento dela, os pais de Suraia organizaram o casamento. Quando o assunto do matrimónio começou a ganhar forma, os pais da menina pediram que ela regressasse à casa.

A fonte afirma ter estranhado a rapidez com que esse regresso foi tratado. "Na semana seguinte, tomei conhecimento de que Suraia estava casada", disse.

Solução para a pobreza dos pais

QUESTIONADA sobre as razões que levam as raparigas a se casarem prematuramente na sua comunidade, Rosa Sebastião respondeu que são várias, indicando, por exemplo, a pobreza dos progenitores, alegadamente para se livrarem das despesas de educação das filhas.

Acrescentou que algumas raparigas, quando julgam que são crescidas, não respeitam os mais

velhos, ou fogem para se juntar aos seus parceiros. "Muitas vezes, esses parceiros não têm capacidade para alimentar a esposa ou filhos que vão nascer, daí que os pais da rapariga acabam suportando as despesas de alimentação e outras", disse, para depois acrescentar que o problema é grave nas comunidades rurais, onde o acesso à informação continua ainda deficiente.

Para a nossa entrevistada, há necessidade de adoptar medidas contundentes para estancar este problema. Também defende a necessidade de criação de círculos de interesse onde as raparigas possam aprender a bordar e a costurar. "É preciso dar alternativas às meninas para que não fiquem muito tempo a pensar em coisas inúteis para a sua idade", disse.

Ritos de iniciação estimulam casamentos

DURANTE os ritos de iniciação, as raparigas aprendem como cuidar do lar, esposo e filhos, incluindo aspectos sobre relações sexuais.

Dependendo de região para região, as raparigas são precocemente submetidas a ritos de



Casamentos e negócios levam à desistência escolar

casamento. Agora vê-se obrigada a trabalhar na machamba ou a vender coisas para se alimentar a si, à filha e à sogra.

O futuro parece incerto devido às adversidades sociais, mas

Aronso, dezasseis anos de idade, residente da vila-sede distrital de Molumbo, no extremo noroeste da província da Zambézia.

Este exemplo de interrupção de sonho é idêntico ao de muitas

personas próximas. As autoridades comunitárias locais e da educação conhecem o caso, por isso, quando pedimos um exemplo sobre a face mais dura de casamentos prematuros

professora e ajudar o país na educação das crianças, dirigentes do amanhã.

Todavia, acabou-se casando forçada. Suraia conta que os seus pais, a sogra e o tio do esposo

que se a casar com ela porque os pais não tinham condições para continuar a cuidar dela.

Ela diz ter ficado preocupada pelo facto de ter sido obrigada a contrair matrimónio prematuramente com um homem mais velho

Casamentos e negócios levam à desistência escolar



Bernardino Meque, régulo no distrito de Derre: "Os líderes tradicionais só são chamados para dirimir conflitos conjugais"

MAIS de três mil alunos de ambos os sexos desistiram de estudar este ano no distrito de Molumbo, na província da Zambézia. O director do Serviço Distrital da Educação, Juventude e Tecnologia de Molumbo, Daúdo Raciso, disse à nossa Reportagem que 70 por cento deste número são raparigas que se casaram prematuramente. Por sua vez, os rapazes desistem por causa de negócios, nomeadamente comercialização agrícola ou importação de produtos industrializados do Malawi.

O nosso entrevistado afirmou que o Governo construiu escolas de material convencional, alocou carteiras, ainda que insuficientes, e afectou professoras nas localidades

para servir de modelo e exemplo com vista a mudar a atitude das comunidades quanto aos casamentos prematuros. Raciso diz que tudo visava criar consciência nas famílias, mas poucos progressos foram registados na mudança de mentalidade. Por isso, entende que ser importante um plano de emergência para criação de círculos de interesse nas escolas e bairros, onde as raparigas podem aprender a costurar, bordar, cozinhar e outras actividades.

Segundo Raciso, os casamentos prematuros em Molumbo perpetuam a pobreza das famílias porque as raparigas não conseguem aceder aos recursos. Por exemplo, Daúdo Raciso diz que se Suraia não tivesse

desistido das aulas, agora estaria a concluir a décima classe e já tinha meio caminho andado para frequentar o curso de professorado. "Uma vez formada, teria capacidade de ajudar a família, principalmente os irmãos mais novos, a estudar, e seria um modelo entre as raparigas daqui da vila", disse.

Os professores que conversaram com a nossa Reportagem em Molumbo confirmam as desistências, incluindo as motivadas por casamentos prematuros. Lemos Duarte, professor da Escola primária Completa, local diz que iniciou o ano com cinquenta alunos na sala de aula e neste momento dez desistiram, dos quais sete são raparigas.

Desfazer uniões já feitas é difícil

AS autoridades tradicionais e comunitárias dizem que nada podem fazer em caso de uniões matrimoniais já consumadas. Porém, equacionam agir se houver uma lei que de facto criminalize os casamentos prematuros.

Outros entrevistados pela nossa Reportagem durante o seminário provincial sobre estratégia de combate aos casamentos prematuros, recentemente realizado em Quelimane, afirmaram que conhecem vários casos nas suas comunidades relacionados com matrimónios precoces. Aliás, muitas vezes são solicitados a arbitrar eventuais desinteligências no casamento, mas na hora da união nunca são chamados porque as famílias sabem que pode haver impedimentos legais, pelo facto de os noivos serem ainda menores.

Bernardino Meque é régulo no distrito de Derre, na Zambézia, e diz que se os líderes tradicionais fossem convidados a assistir a tais



Algumas raparigas acabam abandonando os seus sonhos

casamentos muitos não aconteceriam. Infelizmente, a autoridade tradicional aparece para dirimir conflitos conjugais e muitas vezes se surpreende com a idade dos cônjuges. "Fica difícil agir porque nesse casamento, ainda que prematuro, já há filhos, facto agrava-

do pela ausência de instrumentos legais que impeçam a união", disse Meque, para quem muitas vezes os casamentos prematuros ocorrem sem consentimento da rapariga, bastando que os pais ou pessoas mais velhas tratem de tudo para a união acontecer.

Ritos de iniciação estimulam casamentos

DURANTE os ritos de iniciação, as raparigas aprendem como cuidar do lar, esposo e filhos, incluindo aspectos sobre relações sexuais.

Dependendo de região para região, as raparigas são precocemente submetidas a ritos de iniciação, incutindo nelas uma consciência adulta. Na zona rural, principalmente, esses ensinamentos são muito valorizados, e uma rapariga ou rapaz não iniciado continua a ser considerado criança.

Depois dos ritos, elas sentem-se prontas para contrair matrimónio antes mesmo de atingirem os 18 anos. Questionámos os nossos entrevistados sobre esse aspecto, se não estaria a estimular a curiosidade, e todos afirmaram que os ritos de iniciação podem estar na origem de alguns casamentos prematuros.

Rosa Sebastião disse que, depois dos ritos, as raparigas são consideradas adultas e provavelmente isso pode estar a estimular o desejo pelo acto sexual, uma vez que a informação que lhes é passada é exactamente essa. Explicou que o desafio neste mo-



mento é melhorar a informação transmitida às raparigas nestes hábitos culturais.

"Quando se fala em crescer nos ritos de iniciação, não é necessariamente envolver-se sexualmente com alguém. Pretende-se, sim, que as raparigas tenham estes conhecimentos que serão úteis no futuro, para serem boas esposas", disse.

Luís Vicente também é de

opinião que se devem melhorar os conteúdos transmitidos às crianças nos ritos de iniciação.

Entretanto, Priscila Muianga, da Visão Mundial, entende que, para além dos ritos de iniciação, o lobolo também estimula os casamentos prematuros. E ela afirma que há uma tendência de "empurrar" as raparigas para o casamento, pelo facto de elas serem mais vulneráveis.

Complicações de gravidez e parto

ROSA Sebastião é natural de Namacurra e está há vinte anos como parteira tradicional no mesmo distrito. Em conversa com a nossa Reportagem, disse ter presenciado a morte de três raparigas este ano durante o trabalho de parto, na comunidade de Muebele, pelo facto de as raparigas serem menores de idade e o seu corpo ainda não estar preparado para gerar uma nova vida.

Segundo conta, as raparigas de 14 e 16 anos de idade tiveram muitas dificuldades para expulsar o feto porque o corpo delas não permitia que o parto ocorresse em segurança. "Elas morreram por não suportarem as dores do parto e os bebés ficaram asfixados", disse a nossa entrevistada, para quem muitas vezes as famílias procuram os serviços das parteiras tradicionais quando a situação se apresenta delicada.

Para Rosa Sebastião, os partos complicados resultam do facto de haver dificuldades de transporte das localidades para os centros de saúde, que se situam longe das comunidades.

A nossa entrevistada afirma que nos últimos cinco anos tem sido solicitada para assistir partos de menores, que considera serem de alto risco. A nossa fonte afirmou ainda que são raparigas que abandonam a escola devido à gravidez precoce e, vezes sem conta, os esposos abandonam-nas, comprometendo os seus sonhos de se formarem para melhorar as suas condições de vida e ajudar as suas comunidades.

Criminalização do casamento prematuro

QUARENTA e sete em cada cem raparigas casam-se antes de atingir os dezoito anos no país. As estatísticas do Ministério do Género, Criança e Acção Social apresentadas recentemente em Quelimane indicam que isso faz com que Moçambique esteja a nível mundial no 10.º lugar em termos de casamentos prematuros. No país, a província da Zambézia lidera em casos de casamentos prematuros.

Priscila Muianga, da Visão Mundial, explica que a situação é extremamente grave e indicou como causas principais os factores sócio-antropológicos e culturais como o lobolo, ritos de iniciação, para além de que alguns progenitores considerarem as meninas como meio de troca

para terem bens materiais.

Muianga afirma que, apesar de o país ter uma Lei de Família, há um vazio, nomeadamente quanto à criminalização do casamento prematuro. Neste momento, segundo afirma, a ausência deste instrumento legal deixa os líderes tradicionais, comunitários e os próximos tribunais sem acção nesta matéria. Entende que os juizes, procuradores e parlamentares devem trabalhar para o mais rapidamente possível legislarem sobre a matéria a fim de resolver a problemática de casamentos prematuros.

A Visão Mundial está integrada na plataforma de organizações que lideram a advocacia para a eliminação de casamen-

tos prematuros no país. E o Governo tem uma estratégia 2016-2019, multisectorial, que envolve os ministérios da Saúde, Educação e Desenvolvimento Humano; além da Assembleia da República, uma estratégia que inclui a mobilização social.

Entretanto, a nossa entrevistada entende que a criminalização do casamento prematuro deve ser acompanhada de mudança sociocultural das comunidades.

Participaram no seminário provincial para discussão da estratégia nacional de combate aos casamentos prematuros líderes comunitários, tradicionais, religiosos, deputados da Assembleia da República, Governo e parceiros sociais.